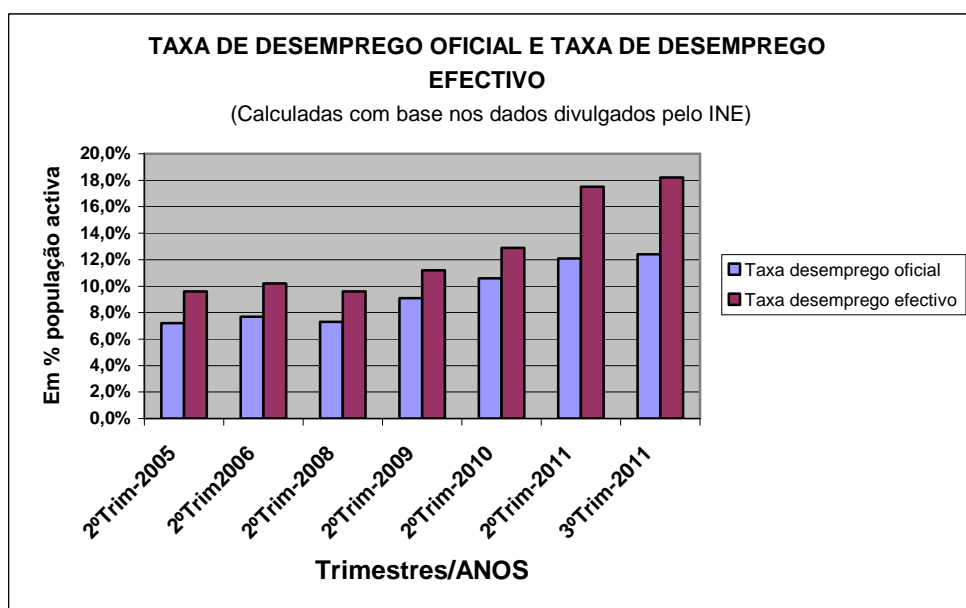


RECESSÃO ECONÓMICA FAZ DISPARAR TAXA DE DESEMPREGO EFECTIVO PARA 18,2% JÁ ESTE ANO – 1,042 milhões de portugueses já estão no desemprego, mas apenas 296,3 mil recebem subsídio de desemprego

A política deliberada da “troika” FMI-BCE-CE e do governo PSD/CDS de recessão económica, e de destruição do tecido económico e social do país, para tranquilizar os credores, está a fazer disparar o desemprego. Segundo os dados que o INE acabou de divulgar, referentes ao 3º Trimestre de 2011, a taxa oficial de desemprego subiu para 12,4%, mas a taxa de desemprego efectivo, calculada utilizando também dados do INE (*soma-se ao desemprego oficial os “inactivos disponíveis” e o “subemprego visível” que são trabalhadores que, apesar de estarem na situação de desemprego real, não são considerados nos números do desemprego oficial*), atingiu 18,2%. É um aumento muito grande como mostra o gráfico seguinte construído com dados do INE.

Gráfico 1



No período 2005-2011, a taxa de desemprego em Portugal não tem parado de crescer. Primeiro (2005-2010), devido a um crescimento económico anémico inferior a 1% ao ano; e agora, como consequência da recessão económica cada vez maior. Entre o 2º Trimestre de 2005 e o 3º Trimestre de 2011, a taxa oficial de desemprego aumentou de 7,2% para 12,4% (+72,2%), mas a taxa de desemprego efectivo subiu de 9,6% para 18,2% (+89,6%). Portanto, um valor muito próximo já da taxa de desemprego espanhola, que é a mais elevada da União Europeia.

EM VALOR ABSOLUTO, NO 3º TRIMESTRE DE 2011, O DESEMPREGO OFICIAL ATINGIU 689,6 MIL, E O DESEMPREGO EFECTIVO SUBIU PARA 1,042 MILHÕES

Em valor absoluto, o crescimento do desemprego em Portugal, consequência da política de recessão económica deliberada, é ainda mais chocante como revela o quadro seguinte.

Quadro 1- Taxa oficial de desemprego e taxa de desemprego efectivo

PORTUGAL	2ºTrim. 2005	2ºTrim. 2006	2ºTrim. 2008	2ºTrim. 2009	2ºTrim. 2010	1ºTrim. 2011	2ºTrim. 2011	3ºTrim. 2011
POPULAÇÃO ACTIVA – Mil	5.531,3	5.586,4	5.638,0	5.583,9	5.581,4	5.554,8	5.568,0	5.543,4
População Activa-Inactivos disponíveis - Mil	5.607,2	5.670,2	5.702,7	5.648,1	5.655,5	5.698,6	5.715,7	5.736,8
DESEMPREGO OFICIAL - Mil	399,3	429,7	409,9	507,7	589,9	688,9	675,0	689,6
Inactivos Disponíveis – Mil (*)	75,9	83,8	64,7	64,2	74,1	143,8	147,7	193,4
Subemprego Visível – Mil (**)	64,4	62,6	72,1	63,3	66,1	173,9	174,8	159,6
DESEMPREGO EFECTIVO - Mil	539,6	576,1	546,7	635,2	730,1	1.006,6	997,5	1.042,6
TAXA OFICIAL DE DESEMPREGO - Em %	7,2%	7,7%	7,3%	9,1%	10,6%	12,4%	12,1%	12,4%
TAXA DE DESEMPREGO EFECTIVO- Em %	9,6%	10,2%	9,6%	11,2%	12,9%	17,7%	17,5%	18,2%

(*) Inclui desempregados que não procuraram emprego no período do inquérito, por estarem desencorajados, e que por esse facto não são considerados desempregados pelo INE, apesar de estarem no desemprego. (**) Desempregados que trabalharam algumas horas para sobreviver mas que por isso não são considerados desempregados pelo INE, embora estejam no desemprego;

FONTE: Estatísticas do Emprego - 2º Trimestre de 2006 a 2010, e 3º Trimestre 2011- INE

Segundo o INE; entre o 2º Trimestre de 2005 e o 3º Trimestre de 2011, o desemprego oficial aumentou de 399,3 mil para 689,6 mil, mas o número de trabalhadores efectivamente desempregados cresceu de 539,6 mil para 1,042 milhões de desempregados.

Mais de um milhão de portugueses que estão disponíveis para trabalhar estão neste momento desempregados, o que para além dos imensos sofrimentos que tal situação provoca a centenas de milhares de famílias, também determina que uma imensa quantidade de riqueza, que podia ser produzida, e que era necessária ao desenvolvimento do país e ao bem-estar dos portugueses, devido à política de recessão económica, não é produzida.

37.000 MILHÕES DE EUROS DE RIQUEZA DESPERDIÇADA PELA “TROIKA” E PELO GOVERNO PSD

Para se poder ficar com uma ideia de quanto está a custar aos portugueses e ao país a política da “troika” e do governo do PSD/CDS de destruição da economia, basta fazer umas contas muito simples. Em 2010, a riqueza produzida (PIB), em média, por cada português empregado foi de 35.549 euros. Se multiplicarmos este valor pelo número actual de desempregados efectivos – 1.042.600 – obtém-se 37.042,4 milhões de euros, o que corresponde a 21,5% de toda a riqueza (PIB) criada em Portugal durante todo o ano de 2010. Este valor dá bem uma ideia do custo para o país e para os portugueses da política de destruição do principal recurso de um país – que são as pessoas – imposta pela “troika” FMI-BCE-CE, e aceite passivamente pelo governo. E como se pode ler em *“Tornar eficaz a globalização”*, do prémio Nobel da economia, Joseph Stiglitz, referindo-se às políticas do FMI, estas políticas não são *“realmente concebidas para proteger os países de uma recessão, mas sim para proteger os credores; a sua intenção era a de reconstruir as reservas, de modo a que os credores internacionais pudessem ser pagos”*. Mas mesmo este objectivo, com a destruição da economia e do tecido social que esta política está a provocar em Portugal, será duvidoso que seja alcançado.

APENAS 28 EM CADA 100 DESEMPREGADOS ESTÃO A RECEBER SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

No fim de Setembro de 2011, apenas 296,3 mil desempregados recebiam subsídio de desemprego. Este número representava apenas 42,9% do número oficial de desempregados, e somente 28,4% do número total de desempregados efectivos. Portanto, 745,7 mil desempregados não tinham direito a subsídio de desemprego, e tinham de sobreviver de qualquer maneira. É evidente que a pobreza tem e está a aumentar de uma forma rápida no país.

2012 SERÁ MUITO PIOR SE NÃO SE INVERTER ESTA POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO DO PAÍS

A continuar a política da “troika” FMI-BCE-CE, em 2012, a recessão económica será praticamente o dobro da verificada este ano. Ainda não começou 2012, e já a Comissão Europeia prevê que o PIB diminua, em 2012, em Portugal em -3%. É evidente que, como tem acontecido com todas as previsões oficiais, este valor será corrigido e para pior. A própria Comissão Europeia e a “troika” já vieram dizer que serão preciso medidas adicionais, a acrescentar às do Orçamento do Estado para 2012, se a situação da economia portuguesa piorar. E com esta política a situação da economia portuguesa vai certamente piorar. Na conferência de imprensa dada pela “troika” em 16.11.2011, o trio estrangeiro teve o desprazer de defender que era necessário aplicar aos trabalhadores do sector privado, o mesmo que o governo tinha feito em relação aos trabalhadores da Função Pública, ou seja, fazer uma redução de 14% nos salários nominais dos trabalhadores das empresas privadas. E a justificação mirabolante que deu, é que se isso não fosse feito, o sector público deixaria de ser atractivo para quem trabalha nele.

O “Memorando de entendimento” do FMI-BCE-CE transformou-se numa peça fundamental da intervenção estrangeira nos assuntos nacionais, de forte limitação da soberania nacional e de controlo do governo, transformado em simples executor das decisões de estrangeiros. E a justificação, continuamente repetida nos órgãos de informação, e pelo próprio governo, é de *“temos de cumprir e mesmo de ir mais além,”* mesmo que isso destrua as empresas e o emprego, e deixe o país em ruínas. Desta forma, uma cultura de “normalização”, de naturalização” e de “aceitação”, visando tornar a intervenção estrangeira nos assuntos nacionais, como coisa “normal”, “natural” e “aceitável”, tem sido difundida a nível de opinião pública pelos principais media e por aqueles comentadores que têm acesso fácil a eles, muitos deles tendo como origem o próprio governo, e meios académicos e grandes empresas, impedindo assim o debate nacional livre visando encontrar soluções alternativas. E construir alternativas a esta política de destruição é urgente para evitar que Portugal caia num buraco idêntico ao que se encontra a Grécia, que foi arrastada para ele por uma política idêntica, donde é muito mais difícil sair depois. 2012, é um ano crucial para o futuro de Portugal, já que o governo pretende reduzir o défice orçamental efectivo de mais de 8%, se deduzir os efeitos de medidas criativas temporárias, como é a transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários, para um valor de 4,5%. E isso não será possível sem uma recessão profunda e sem um aumento muito grande do desemprego, o que fará aumentar muito mais a pobreza e mesmo a miséria em Portugal.

Eugénio Rosa, economista, edr2@netcabo.pt, 16.11.2011